

Políticas para proteger Brasília

GUILHERME GOULART

DA EQUIPE DO CORREIO

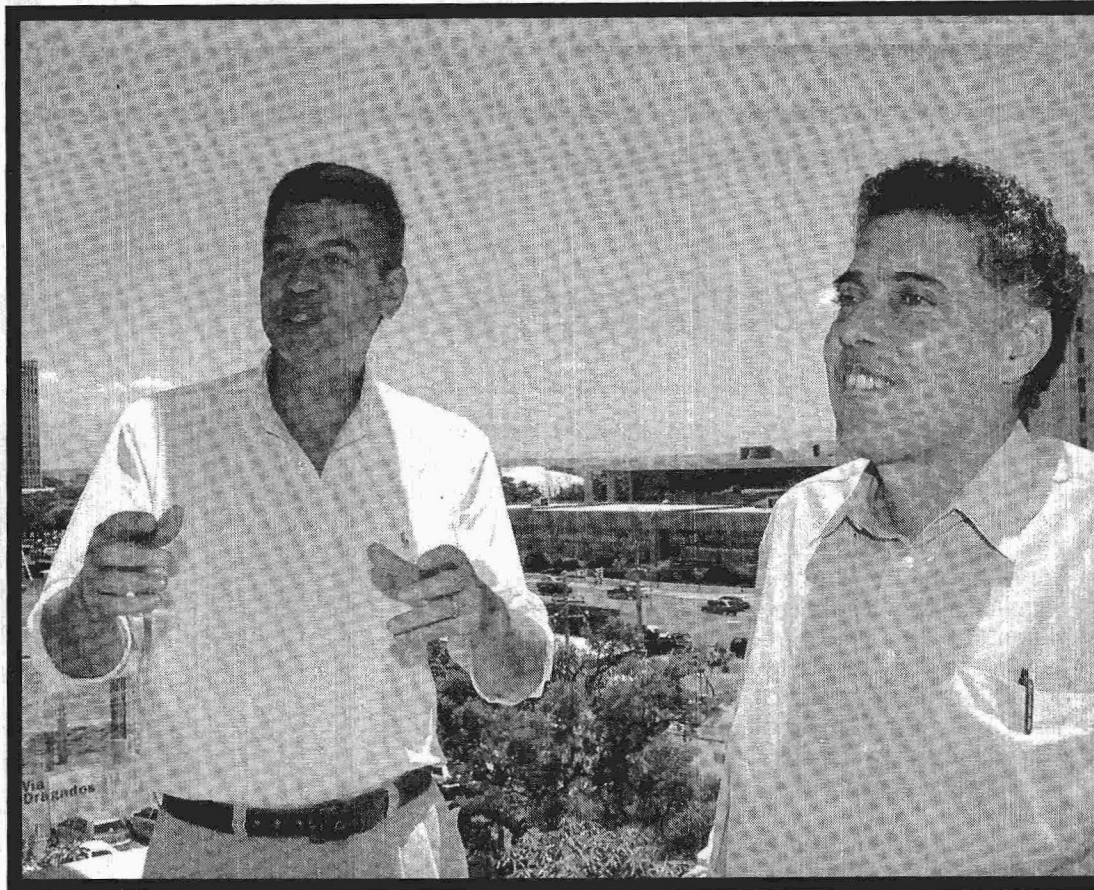
Atrair a atenção internacional para a arquitetura de Brasília e proteger o patrimônio da capital são os principais compromissos da nova gestão do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF). Eleitos na quarta-feira, os arquitetos Otto Ribas e Luis Antônio Reis, ambos de 47 anos, assumem pela primeira vez como presidente e vice, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2004.

Apesar da estréia, os dois prometem usar a experiência em outros cargos que tiveram no IAB-DF para planejar as ações nos dois anos de mandato. Ligado ao instituto desde 1979, quando ainda era estudante de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB), o carioca Ribas aposta no potencial arquitetônico de Brasília para investir na criação de um circuito internacional de arquitetura já em 2005.

Para investir nesse mercado, os futuros presidente e vice da IAB/DF pretendem trabalhar em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF) para desenvolver uma política de turismo eficiente na capital do país. Para Ribas, o mercado já existe, mas permanece informal. "O incrível é que a cidade atrai turistas sem apoio. Isso não é uma crítica, mas uma constatação."

À frente da entidade, os dois arquitetos pretendem ainda auxiliar projetos de responsabilidade social, como construções habitacionais para a população carente. Quanto aos incentivos culturais, a IAB/DF atuará principalmente em patrocínio de eventos e incentivos para as bienais de arquitetura. "Pretendemos trabalhar no resgate dos espaços culturais, como o complemento da Esplanada dos Mi-

Paulo Carvalho



PRESIDENTE OTTO RIBAS (À DIREITA) E O VICE LUIS REIS: "TURISMO DESORGANIZADO, MAS CIDADE ATRAI ASSIM MESMO"

nistérios e a criação de espaço arquitetônico permanente em uma entrequadra."

Outra preocupação da nova gestão é a definição de pontos arquitetônicos que devem ser protegidos na área tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). De acordo com o goiano Luis Antônio Reis, não se sabe atualmente aquilo

que pode ser preservado ou proibido nos limites da área protegida pela lei do tombamento.

Um dos exemplos de desrespeito citados por ele são os chamados *puxadinhos*, flagrantemente de invasões de áreas públicas, praticados principalmente por comerciantes. "Transformou-se em problema social. Há casos de pontos de comércio invadidos há mais de 30 anos",

disse Luis Antônio.

Críticas também são dirigidas à privatização da orla do Lago Paranoá. "Nem os órgãos de patrimônio têm diretrizes sobre a ocupação da orla, que merece acesso franco ao público. E tem espaço para isso", afirmou Ribas. Confira a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva, concedida ao *Correio* pelo presidente eleito da IAB/DF.

ENTREVISTA// OTTO RIBAS

CORREIO BRAZILIENSE — Quais os principais projetos para a primeira gestão à frente do IAB?

OTTO RIBAS — O primeiro se traduz na definição de políticas públicas, entre elas as questões do patrimônio e planos diretores das cidades do DF. E também auxiliar projetos habitacionais de populações carentes. Uma das idéias para 2005 é fazer um circuito internacional de arquitetura. Há muito interesse de arquitetos do exterior em conhecer Brasília.

CORREIO — Brasília tem estrutura para se tornar em um pólo de turismo?

Ribas: O incrível é que ela atrai sem apoio, mas temos de organizá-la. A política de turismo tem de ser desenvolvida. Existe o mercado, que já funciona informalmente.

CORREIO — A privatização da orla do Paranoá é uma das maiores agressões à área tombada. Como impedir o avanço?

Ribas — Nunca ninguém fez um plano para a orla. O conceito de Projeto Orla foi de pontos selecionados para serem desenvolvidos projetos. Em alguns casos, envolvem áreas de preservação e áreas públicas. O piscinão do Lago

Norte é um espaço belíssimo, que mereceria investimento público para transformá-lo em área de lazer.

CORREIO — Em 2001, a Unesco fez uma série de recomendações para preservar a área tombada. O que foi feito até agora?

Ribas — Não existe claramente o que deve ser preservado, proibido ou permitido. Na falta de definições, prevalece quem pode mais. O IAB pretende trabalhar na materialização desses conceitos. As escalas de Brasília são tombadas, não a arquitetura.

CORREIO — Técnicos da Unesco apontaram que o aumento desordenado de cidades periféricas pressionam o Plano Piloto. É uma ameaça ao tombamento?

Ribas — Existe uma disparidade social monstruosa entre quem mora dentro do quadrilátero (do Plano Piloto) e quem mora fora. O nível de renda daqui é um dos maiores do Brasil. Fora do quadrilátero, o analfabetismo é elevado, falta infra-estrutura. Cada vez mais, essa desigualdade tende a funcionar como uma força contrária que ameaça a tão desejada qualidade de vida.